



Anarquia filosófica e anarquia biológica: Malabou e Kupiec um cruzamento *impossível*?

Philosophical anarchy and biological anarchy: Malabou and Kupiec a *impossible crossing*?

DOI: 10.20873-rpvn9v1-02

Antonio Frank Jardimino Maciel

Email: frankjardilinomaciel@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7607-1823>

Resumo

Este artigo pretende lançar luz sobre os conceitos de anarquia desenvolvidos por Catherine Malabou e Jean-Jacques Kupiec. Os dois autores denunciam um atraso tanto da filosofia quanto da biologia em relação a compreensão da anarquia e das noções a ela interligadas. Ambos, de forma diferenciada e específica, propõem uma espécie de neologismo, ou seja, redefinem a anarquia como um regime de não-governabilidade e, desta maneira, procuram destacar uma forma de impossibilidade, de impensabilidade e de imprevisibilidade presente nela. É partir deste quadro negativo que o artigo passará em revista uma compreensão completamente renovada que nos coloca diante de um horizonte ainda inexplorado e que, portanto, permanece aberto.

Palavras-chaves

Malabou. Kupiec. Anarquia. Plasticidade. Biologia e filosofia.

Abstract

This article aims to shed light on the concepts of anarchy advanced by Catherine Malabou and Jean-Jacques Kupiec. The two authors denounce a delay both in philosophy and in biology in relation to the understanding of anarchy and notions connected to it. All two, in a differentiated and specific way, propose a neologism, that is, anarchy will be redefined as a regime of non-governance and thus will be relegated to a form of impossibility, impensability, unpredictability. It is from this negative outline that the article goes through a completely renewed understanding that puts us before a horizon still unexplored and, consequently, that remains open.

Keywords

Malabou. Kupiec. Anarchy. Plasticity. Biology and philosophy.

Introdução

Catherine Malabou no seu maravilhoso trabalho *Au voleur !: Anarchisme et philosophie* (2022a) constata a existência de um atraso da filosofia em relação à compreensão do que normalmente se define como anarquia e anarquismo. Como a própria autora explica: “chegou a hora de compensar esse atraso e iniciar o confronto explicativo entre filosofia e anarquismo que nunca ocorreu antes” (MALABOU, 2022a, p. 8). O que existe, de um ponto de vista conceitual, é uma distância entre anarquia entendida como “crítica do poder” e anarquismo considerado como “movimento revolucionário”, que, por sua vez, separa a liberdade relativa da liberdade absoluta. Nesse caso, quase todas as definições filosóficas da liberdade, incluindo aquelas abordagens mais radicalmente desconstrutivas, pressupõem, de forma sistemática e constante, uma condição para a liberdade. E neste contexto, como explica Malabou (2022b), a “liberdade não pode existir sem uma forma de servidão e necessidade, um comando, uma lei”. Dessa maneira, estas filosofias parecem afirmar uma “impossibilidade perpetua”, isto é, a impossibilidade do “ser anárquico”, negando, assim, uma verdadeira e própria ontologia anárquica. O que Malabou propõe é uma forma de radicalização, uma forma impensada de ontologia: uma ontologia do não-governável (impossibilidade de qualquer tipo de governo), pois o ser anárquico “não está nem aí para o poder” (MALABOU, 2022a, p. 359), ele se constitui por meio de uma certa forma de “indiferença ao poder” (MALABOU, 2022a, p. 359). Ao mesmo tempo, um dos maiores desafios filosóficos da atualidade é conseguir articular esta ontologia anárquica com um certo *bios*. De fato, uma das novidades do discurso malabouiense é o de “pôr fim à competição entre o ser e a vida” (MALABOU, 2022a, p. 366). A vida é justamente, no interior deste quadro conceitual, não-governável, sem um senhor e desprovida de qualquer tipo de domesticidade.

De modo análogo, Jean-Jacques Kupiec em seu ensaio *Et si le vivant était anarchique. La génétique est-elle une gigantesque arnaque?* (2019) declara que é necessária uma teoria anarquista que rejeite a ordem como princípio primário e reconheça, ao contrário, a variabilidade como característica fundamental do ser vivo. É propriamente no âmbito da biologia que encontramos uma espécie de “liberdade absoluta” reconhecida sob forma de uma variação aleatória. Isto é, como afirma Kupiec, “não existe uma ordem biológica intrínseca que determine a vida. Os seres vivos não são sociedades centralizadas [...] que obedecem às ordens do genoma ou do

ambiente” (KUPIEC, 2019, p. 170). A vida não obedece a nenhum tipo de programa e, como salienta o biólogo francês, é preciso reverter o autoritarismo de uma “ontologia da ordem da genética com seu determinismo e princípio de invariância” (KUPIEC, 2019, p. 18). Nesse sentido, nasce o que se pode definir uma “biologia anárquica”, e, como diria o próprio Kupiec, uma “outra biologia possível” (KUPIEC, 2019, p. 62) que permita a saída de um essencialismo autoritário, integrando a variabilidade aleatória na vida, variabilidade que não pode ser reduzida a simples acidentalidade.

É a partir desses pressupostos que nosso artigo tem como objetivo ver uma complementaridade entre os nossos dois autores e como ambos, mesmo em âmbitos diferentes, conseguem nos introduzir ao interno de um “impensável” que nos permite, da mesma forma, de avançar uma “teoria anárquica” que compreenda uma conjunção entre a vida biológica e a ontologia.

1. Uma anarquia impensável: de uma impossibilidade a uma conjunção

Catherine Malabou, em seu pensamento mais avançado, tem dedicado grande parte de sua reflexão à questão da anarquia e do anarquismo. Primariamente, a decisão de enfrentar este tema de um ponto de vista filosófico, como declara a autora, nasce da “consciência de um atraso” (MALABOU, 2022a, p. 8), pois a filosofia não enfrentou suficientemente a questão da horizontalidade, determinando igualmente um atraso sobre a definição de anarquia. Daí a necessidade de recuperar tal atraso e empreender um confronto explicativo ainda impensado entre filosofia e anarquismo.

Em segundo lugar, o outro motivo que a levou a abordar essa questão foi o que ela define como a “crise da horizontalidade”.

A crise da horizontalidade hoje está ligada à coexistência mundial de um anarquismo de fato e de um anarquismo de consciência. Coexistência que torna difícil distinguir rigorosamente entre a resignação e a iniciativa, forçadas a andar durante algum tempo no mesmo solo. Anarquismo de fato. Hoje, o Estado já está definhando, já não é muito mais do que o invólucro de proteção das várias oligarquias que compartilham o mundo. Não há mais nada a esperar do alto. O mundo social está condenado a uma horizontalidade de abandono. [...] Nenhuma instituição estatal ou organização parlamentar comum – o funcionamento da União Europeia é o triste exemplo – pode responder aos desafios da pobreza, das migrações ou da crise ecológica e sanitária por meio de medidas irrisórias de urgência. Anarquismo de consciência. Esta queda

fatal do sentido social da verticalidade é acompanhada simultaneamente por uma tomada de consciência planetária marcada pelo desenvolvimento da iniciativa coletiva e pela experimentação de coerências políticas alternativas. (MALABOU, 2022a, p. 9).

No primeiro modelo de anarquismo acima ilustrado, podemos colocar o anarcocapitalismo, no qual os cidadãos contam somente consigo e pensam poder dispensar completamente a intervenção do Estado. Nesse sentido, a sensação é de liberdade completa em relação à lógica do poder estatal. Ao mesmo tempo, vemos nesta tipologia, como explica Malabou, uma “*combinação híbrida de violência governamental com a uberização ilimitada da vida*” (MALABOU, 2022a, p. 10). No segundo modelo, vemos diferentes movimentos sociais que não pertencem mais a organizações sindicais ou a partidos políticos. As pessoas formam associações com uma autogestão cooperativa e de mútua ajuda. Nesse sentido, existe um certo “polimorfismo anárquico” (MALABOU, 2022a, p. 11) que engloba um anarquismo libertário e libertariano, anarcocapitalismo e anarquismo revolucionário. É justamente sobre a crise da governabilidade e sobre a emergência dessa pluralidade do anarquismo que a filosofia demonstra o seu desconhecimento, a sua tendência à “não querer nem saber”. A convicção de Malabou é de que os filósofos não conseguem pôr em discussão o *princípio arquico*, ou ainda, consideram o anarquismo somente como uma economia da desordem. Como salienta a autora,

permaneço convencida de que os filósofos da anarquia, qualquer que seja a compreensão deles de Hobbes, tendem a considerar o anarquismo como uma economia da desordem paradoxalmente enraizada em princípios autoritários. Isso mantém os filósofos à beira da radicalidade que reivindicam. Falar de resistência, de revolta ou de rebelião, falar de *stasis*, de *différance* ou de desentendimento não basta, de fato, para dismantlar a lógica do governo. A legitimidade do comandar-obedecer nunca foi abalada filosoficamente. (MALABOU, 2022a, p. 39).

A partir deste quadro teórico, os filósofos contemplam a impossibilidade de que os homens possam viver sem serem governados, isto é, contemplam a impensabilidade do anarquismo político (e filosófico). A autogestão, a auto-organização para todos eles (Schürmann, Levinas, Derrida, Foucault, Agamben e Rancière) não são eventualidades a considerar-se. O *arkhé* estará sempre assegurado, até mesmo sob a forma de um governo de si (Foucault por exemplo).

Come podemos constatar, uma compreensão anárquica que conjugue filosofia e política, economia da desordem e autogestão surge apenas como uma sorte de negatividade. Resta, então, como única tarefa para a filosofia contemporânea enfrentar as diferentes aporias, os impasses inerentes ao desenvolvimento de uma reflexão sobre a inevitável cisão entre anarquia e anarquismo, entre filosofia e política, entre desobediência e governabilidade. Não resta que restos de uma discursividade que permanece cega e surda diante de um sintoma negativo de exclusão do poder.

É propriamente a partir dessa sintomatologia de uma ausência, de uma lógica da negatividade, ou ainda a partir dessa impossibilidade e dessa impensabilidade, que pretende trabalhar Malabou. Não por acaso, o geógrafo Élisée Reclus tenta definir o sentido de anarquia afirmando que esta é a “ausência de governo [...], a mais alta expressão da ordem”. Uma primeira definição nasce precisamente sob a forma de uma ausência. Já o filósofo Pëtr Alekseevič Kropotkin, por meio de um arcaísmo, introduz um neologismo¹, ou seja, a partir de uma palavra do passado, ele opera uma reviravolta do termo criando, assim, um conceito novo:

Sob o nome da Anarquia vem uma nova interpretação da vida passada e presente das sociedades, bem como uma previsão de seu advir. (KROPOTKIN, 1896, p. 16).

Ou seja, “A anarquia é ordem sem poder” (PROUDHON, 2012, p. 14). Pela primeira vez na história, a redefinição de um termo dá origem a um novo projeto político: o anarquismo. Este *outro sentido*, este *neologismo* em negativado permite-nos considerar a ausência do poder como ordem que não dá e, ao mesmo tempo, não recebe ordens, pois não deriva de um livre acordo ou de um contrato. Este tipo de aproximação não vê mais a anarquia como mero caos ou como uma verdadeira e própria catástrofe. Não é sem razão que Errico Malatesta, seguindo Proudhon, concebe da mesma forma esse estatuto negativo da ordem sem governo, ou seja:

A *anarquia* vem do grego e significa *sem governo*, estado de um povo que se rege sem autoridade constituída [...]. A *anarquia* era geralmente entendida no sentido de *desordem*, *confusão*; ainda hoje ela é entendida

¹ Como afirma o linguista Mário Vilela: as palavras de todos os dias convivem com as palavras dos especialistas, as palavras da língua falada (ou estilo coloquial), com as palavras da língua escrita (ou estilo refletido), as palavras “velhas”, ainda de uso corrente, coabitam com arcaísmos e neologismos. (VILELA, 1997, p. 34).

neste sentido pelas massas ignorantes e pelos adversários interessados em ocultar a verdade. (MALATESTA, 2001, p. 11).

É precisamente a partir deste gesto de reviravolta de significados, da plasticidade das noções aqui colocadas em jogo, de um gesto de invenção e de criação de neologismos que nasce a proposta de Malabou. Come ela mesma explica:

Para lançar a discussão, proponho introduzir, não como uma solução, mas como uma questão, o conceito de não-governável como lugar de encontro, de trabalho comum, entre anarqui(sm)o filosófico e anarquismo político. O não-governável não é o ingovernável. O ingovernável designa o que escapa ao controle, como um veículo que se tornou impossível de conduzir. No sentido moral e político, sugere indisciplina e desobediência, recusa-se a obedecer. O ingovernável não é nada mais que o oposto do governável. Resiste e opõe-se ao que ele pressupõe – a prioridade do governo. A não-governabilidade, por sua vez, não se refere à indisciplina nem à errança. Ela também não é desobediência, mas aquilo que, tanto nos indivíduos como nas comunidades, permanece radicalmente estranho ao mandamento e à obediência. O não-governável não é o oposto ou o contraditório da lógica do governo. Ele é o outro. O outro [em relação] ao (e não do) governo. A marca de sua impossibilidade. A crítica anarquista do governo não é, de fato, uma tomada de partido. Não se baseia na ideia de que governar é “ruim”, mas que governar não é possível. Esta impossibilidade inscreve-se de modo diverso no real, à maneira de uma rede de conexões ao mesmo tempo ontológicas, psíquicas, práticas, artísticas e biológicas. (MALABOU, 2022a, pp. 40-41).

O conceito de não-governabilidade surge no interior de um horizonte que merece ser analisado mesmo que os seus confins ainda não tenham sido totalmente definidos. Ao mesmo tempo, a brusca reviravolta empreendida por Malabou consente, doravante, traçar de maneira renovada um novo contorno teórico que abre caminho para uma “real alteridade” (MALABOU, 2022a, p. 43) com o objetivo de desestruturar, desconstruir, toda a lógica de governo.

Por outro lado, pôr a questão da anarquia de um ponto de vista filosófico, como nos propõe a nossa autora, é indagar também sobre a legitimidade do ser anárquico. Mas este tipo de convalidação de um gesto subversivo, como já vimos, concebida como “o totalmente outro” em relação ao poder, deve ainda tomar consciência de si. E é precisamente essa impensabilidade, essa inconsciência de si que nos conduz à radicalidade da anarquia definida como aquilo que não se governa.

Como Malabou procura explicar, todo tipo de anarquia já teorizada (anarquia crítica, ontológica, ética, teológica e democrática) chega à conclusão da impossibilidade de ser anárquico, pois acaba cedendo, de qualquer forma, a uma lógica de poder, a qualquer tipo de

autoridade. Deste modo, a filosofia não pode colher com profundidade a real dimensão anárquica do ser. E como escreve a autora,

A questão do ser passou ao lado de si mesma, pois o anarquismo é o sentido. Com efeito, se a questão do ser tem sentido, ela se [co]funde com o não-governável, com a estraneidade radical à dominação. *O ser não está nem aí para o poder*. O anarquista é o ser. (MALABOU, 2022a, p. 359).

A marca principal do ser anárquico, dessa anarquia ontológica, é precisamente uma certa “indiferença ao poder”. Outro erro imperdoável da filosofia contemporânea foi teorizar uma posição de primado, ou seja, de privilégio da ontologia sobre a vida². Essa espécie de lógica de domínio acabou criando cisões, disjunções, dentro da filosofia, que levaram à separação entre ontologia e política, entre ontologia e forma de vida, entre metafísica e ser empírico, concreto. Imaginar, como deseja Malabou, uma plasticidade desses diferentes regimes é romper com esse tipo de primado, mas, ao mesmo tempo, é romper para sempre com esse incompreensível hiato, é “pôr fim à competição entre o ser e a vida”.

Não por acaso, o próprio Bakunin afirma que o anarquismo é uma “força plástica”. E esta plasticidade trabalha no sentido de uma conjunção de *bios* e ontologia como ponto de partida, evitando hierarquias, posições de domínio e subalternidades, abrindo caminho para o que se constitui gradativamente, para o que não está sob controle e, desta forma, abre espaço para o não-governável. Cumprir essa exploração que concerne à questão do anarquismo (e, por consequência, da anarquia) é prever um horizonte interpretativo que tem como escopo principal a elaboração de uma ontologia plástica da não-governabilidade.

Por fim, Malabou afirma que, em última instância, o “ponto sensível das relações entre o ser, a vida [...] grita o seu próprio nome todos os dias: ecologia” (MALABOU, 2022a, p. 367). Ao mesmo tempo, falar de ecologia é falar da terra como um lugar aberto oposto ao nosso “lar doméstico”. A Terra é um habitat que não pressupõe nenhum tipo de domesticidade, ela é sem senhor ou centralidade, absolutamente não-governável e, no entanto, vem sendo devastada a cada dia por questões de poder.

² Heidegger inaugurou essa tendência afirmando que o ser antes de viver existe, pressupondo uma espécie de ancestralidade do ser em relação à vida.

A questão do ser anarquista é a vida como sobrevivência. Ora, a sobrevivência na Terra, inscrita na memória biológica dos indivíduos, é desde o início política. (MALABOU, 2022a, p. 367).

Torna-se então urgente destrinçar a complexidade da plasticidade da ontologia anárquica conectada com a questão da não-governabilidade, pois somente dessa maneira podemos, por meio de um impensado, abrir as portas para novas formas de vida, para novas maneiras de associação, para outros modos de partilha dos espaços que não tenham mais como parâmetro “índices econômicos” nem a apropriação indiscriminada e hegemônica dos espaços abertos. Ser anárquicos é desejar um outro tipo de humanidade que “não tem mais nada a esperar do alto” (MALABOU, 2022a, p. 370).

2. Anarquia biológica: a variabilidade como propriedade primária do ser vivo

Kupiec abre o primeiro capítulo do seu ensaio debruçando-se sobre a síndrome que afeta a biologia contemporânea: “a obsessão da ordem” (KUPIEC, 2019, p. 7). Como destaca o autor, é propriamente essa “ideia de ordem” que obstaculiza hoje uma real compreensão do ser vivo. A biologia baseia-se na crença de que tudo é primária e anteriormente determinado e de que o mundo só pode existir desta forma. Esta visão impera em todos os âmbitos do conhecimento, sobretudo naquilo que concerne especificadamente às ciências da vida. O ser vivo seria, segundo esta interpretação, um exemplo de governo funcional, de ordem biológica na qual cada uma de suas partes existiria exclusivamente para garantir o bom andamento daquilo que se chama “organismo”. Por si só, esta definição evoca todo um contorno científico e filosófico.

Por um lado, pressupõe-se a existência de uma “ordem a partir de uma ordem”³, de uma *instrução*, isto é, de uma ordem superior derivante de uma ordem molecular, que, por sua vez, “está inscrita” nos genes (informação genética). Por outro lado, desenvolve-se uma “teoria da

³ Kupiec aponta Erwin Schrödinger (1887-1961) como o fator dos fundamentos teóricos da biologia molecular por meio da sua obra *O que é vida?: o aspecto físico da célula viva* (1944), colocando em oposição o inerte e o vivente, reafirmando, assim, o dogma determinista ao erigir a ordem como princípio fundamental do vivente. (KUPIEC, 2019, p. 9).

auto-organização dos seres vivos a partir do ruído” (1972)⁴, segundo a qual uma determinada ordem provém de uma ordem molecular na qual se prevê certo grau de acidentalidade, de aleatoriedade como sendo fonte de erros de transmissão, definida como “ruído”. E, uma vez identificado o papel das moléculas portadoras de informação, como DNA e proteínas, pode-se comparar o funcionamento da célula viva ou do organismo com o de um computador. O DNA funciona como um programa de computador e, por conseguinte, podemos falar de “programação e instrução genética”. Esta complexidade a partir do ruído tem como consequência direta um processo governado, programado, chamado “auto-organização”.

Como Kupiec destaca, mesmo com algumas distinções entre esses dois modelos, eles concordam em afirmar a existência de uma ordem predeterminada ou programada, cuja gênese pretendem explicar. Isto é, uma determinação biológica, uma instrução governa o funcionamento dos seres vivos e, acima de tudo, dirige o desenvolvimento embrionário a partir de um único óvulo fertilizado (uma única célula). O embrião (constituído por bilhões de células) cresce e se forma gradualmente para se tornar um ser adulto. Eis aí a base teórica para o determinismo genético. Mesmo que se aceite certo grau de aleatoriedade, o desenvolvimento do indivíduo é planejado antes mesmo de existir: esta anterioridade que precede qualquer desenvolvimento é fundamentalmente comandada pela informação genética.

Não é por acaso que Kupiec (2021) desenvolva literalmente uma “concepção anarquista” no campo da biologia: “anarquia significa sem *archos*, ‘poder’, mas também sem *arché*, isto é, ‘princípio original’, o que vem primeiro”. Portanto, uma certa descoberta contradiz a ideia de ordem determinista e de auto-organização chefiada por uma instrução genética:

o funcionamento do genoma é probabilista. [...] Darwin começou a abalar essa ideia convencional quando explicou que os seres vivos se transformam graças a variações aleatórias [...]. (KUPIEC, 2019, p. 7).

Na verdade, o funcionamento probabilista, imprevisível, do genoma é impensável sem a variabilidade. A tese que Kupiec sustenta é, principalmente, uma “teoria anarquista que rejeita

⁴ Teoria elaborada por Henri Atlan em *L'Organisation Biologique et la Théorie de l'Information* (1972). Atlan é médico, biólogo e professor de biofísica, com numerosos trabalhos na área de biologia celular, imunologia, inteligência artificial e programação genética.

a ordem como princípio primário para reconhecer, em vez disso, a variação aleatória” (KUPIEC, 2019 p. 8.). Esta hipótese se aplica em todos os níveis no ser vivo. Não existe um princípio de ordem, mas as sociedades celulares se autogerem em base no que acontece local e contextualmente. As células expressam proteínas segundo um processo aleatório, entrando, nesse sentido, em um quadro probabilista, no qual, a princípio, elas se movimentam por tentativa. Somente quando encontram uma boa combinação, ou seja, os genes que lhes permitem relacionar-se com o meio ambiente, elas se estabilizam. Desta vez, o processo autogerido é não-governado e não-governável.

Por este motivo, a variabilidade não deve ser entendida como simples flutuação ou acidente. Os eventos produzidos não seguem nenhuma distribuição de ordem de caráter determinista, de instrução ou de programa provindos de algum lugar ou mesmo do alto, bem como não são um processo centralizado. Como enfatiza nosso autor: “eles próprios são estocásticos” (KUPIEC, 2019, p. 12). Mesmo quando certo fenômeno é repetido, cada iteração é diferente, e, ao mesmo tempo, não pode ser reduzido a mero ruído. É impossível e impensável determinar o resultado, mas apenas atribuir-lhe uma probabilidade. Ele é imprevisível, como já asserido: não-governado e não-governável.

O que Kupiec rejeita veementemente da biologia contemporânea é a interpretação da variabilidade como uma propriedade secundária, como um simples ruído auxiliar na realização do programa genético. E é propriamente esta falta de radicalização teórica que não ajuda em nada na distinção clara entre determinismo e aleatoriedade intrínseca. Para nosso autor, algumas teorias não têm a audácia de abandonar uma visão científica ligada à ideia de programação genética. O ponto focal da questão, como ele explica,

é que a variação aleatória não é reconhecida como uma propriedade primária do ser vivo [...]. Na teoria da seleção natural de Charles Darwin (1809-1882), a variação aleatória é uma propriedade primária necessária para a realização da evolução. Cria continuamente a diversidade de seres vivos [...]. Como Darwin explicou, a seleção não faz nada sem variabilidade. (KUPIEC, 2019, p. 13).

A partir desse pressuposto, Kupiec propõe um “*modelo anarquista darwinista*”⁵, pois Darwin já tinha rompido com esta ideia de uma governabilidade genética. Nele, a classificação dos seres e das espécies era precária, relativa e somente nominal, e era posta em causa por meio da variação, a qual acaba sempre por desconstruir e destruir todo tipo de ordem preestabelecida. Para a genética tradicional, pelo contrário, existe sempre uma instrução a ser codificada no DNA. A biologia funcional adotou a ontologia da ordem da genética com seu determinismo e princípio de invariância. A definição de modelo de Kupiec é bem argumentada desta maneira:

No modelo anarquista darwiniano, as células não recebem instruções que lhes digam o que fazer. Não são guiadas por um programa. A variabilidade da expressão genética não é um ruído que afeta a realização do programa genético ou o funcionamento de uma rede de genes. Trata-se de um fenômeno intrinsecamente estocástico (os genes exprimem-se segundo certas probabilidades sem que haja necessidade de um sinal para induzir essa expressão) cuja origem é a instabilidade da cromatina. Isto é feito pelo DNA e pelas proteínas que se ligam entre eles. Sua estrutura determina quais genes são expressos em uma célula. A estrutura da cromatina é inerentemente instável, porque as ligações e as dissociações entre proteínas e DNA são eventos aleatórios espontâneos. Por isso, sua estrutura é dinâmica. Ela muda aleatoriamente e, para cada nova estrutura, os genes diferentes são expressos ou reprimidos. Durante a evolução, a variabilidade aleatória inerente aos seres vivos cria diferenças iniciais amplificadas pela seleção natural. Analogamente, a variabilidade da expressão genética produz as variações entre as células, necessárias à sua diferenciação. Este é o ponto de partida do modelo anarquista darwiniano. (KUPIEC, 2019, p. 131).

Kupiec também se concentra sobre uma propriedade “*extremamente plástica*” (KUPIEC, 2009, p. 15) dos genes que nos permitiria considerar as variações no ser vivo. Porém, no quadro científico atual, esta ideia de um “*modelo darwinista anárquico*” ou de uma radical “*anarquia plástica autogerida*” se revelaria fundamentalmente contraditória com as ideias de teleonomia e invariância, ou seja, a variação aleatória não pode se encaixar de forma consistente na biologia funcional atual. Seria necessário, segundo Kupiec, uma “*impensada nova síntese*” que pudesse conjugar ontologia darwiniana da variação e biologia funcional. As consequências, neste caso, são julgadas como perigosas e seriam extremamente radicais para o modelo científico atual. Mas esta síntese é o que está no fundamento do anarquismo de Kupiec. Esta teoria alargaria o âmbito de aplicação da teoria darwinista: *a variabilidade é a propriedade primária do ser vivo.*

⁵ Porquanto concerne à definição deste modelo, Kupiec dedica todo um capítulo no qual justifica de um ponto de vista científico a descoberta de uma anarquia biológica.

Este tipo de aproximação recai sobre a concepção da ontogênese e da filogênese, as quais, segundo Kupiec, não seriam mais dois fenômenos distintos, mas dois aspectos de um único fenômeno de propagação do ser vivo. De fato, na teoria sintética da evolução, ontogênese e filogênese são dois fenômenos distintos, sem conexão causal entre si, explicados, na visão clássica. A ontogênese é vista como a expressão da informação contida no genoma e a filogênese como o efeito da seleção dos seres vivos por meio do ambiente. O único ponto de contato entre os dois fenômenos é a seleção de mutações no DNA, que altera a informação genética através da seleção dos indivíduos, seus portadores. Fora desta seleção, não há nenhuma conexão causal entre as duas.

A seleção natural não atua diretamente no processo de ontogênese, e esta não desempenha nenhum papel direto no desenvolvimento daquela. Nesse contexto, a espécie e o indivíduo são entidades primordiais: a espécie é a entidade primária da filogênese e o indivíduo, a da ontogênese. Na concepção anarquista darwiniana, como explica Kupiec, essa clivagem não existe:

A ontogênese e a filogênese formam um fenômeno único de *ontofilogênese*. Ela se explica por meio de um único processo: o que Darwin chamou de “seleção natural”, ativa no ambiente externo e no meio interno dos seres vivos, explicando a origem das “espécies” como a dos “tipos celulares”. A linhagem genealógica é a entidade primária do ser vivo. A espécie e o indivíduo são duas entidades secundárias arbitrariamente abstratas. (KUPIEC, 2019, p. 135).

Esta unidade de ontogênese e filogênese, compreendida por meio conceito de ontofilogênese, como frisa Kupiec, encontra-se também implicitamente no modelo de reagrupamento de células (tecidos). A estrutura da colônia celular depende dos gradientes de nutrientes, que, por sua vez, dependem da concentração externa de nutrientes, portanto, do ambiente. Ou seja, a composição do meio interior depende da composição do ambiente externo. Se a concentração externa de nutrientes muda, os gradientes internos mudam, impondo uma estruturação diferente das camadas celulares. O ambiente também atua dentro da colônia e orienta a seleção de estados celulares. Como declara Kupiec, a “ontogênese e a filogênese são apenas dois aspectos subjetivamente abstratos do mesmo fluxo da vida” (KUPIEC, 2019, p. 136). Pressupõe-se, assim,

a existência de um único fenómeno que explica o real funcionamento do ser vivo, um único processo: a ontofilogênese.

Além do tecnicismo neste aspecto, o que nos revela Kupiec é a fundamental importância assumidas pelas condições ambientais nos diferentes processos que concernem à formação do ser vivo. Por isso, existe uma reconsideração da noção de *ecossistema*. A qualidade destes pode influir na consecução de um equilíbrio entre uma tendência aleatória e a seleção operada pelo ambiente. Não somente isso. Uma perturbação significativa do ambiente modifica certos parâmetros celulares e o resultado dos processos que envolvem o ser vivo. Cada vivente leva consigo um ecossistema e quando este é abalado, tudo pode surgir como corolário de um desequilíbrio, até mesmo o aparecimento ou a proliferação de uma espécie, de um vírus (como aconteceu com o COVID-19). Isto acontece tanto a nível de microssistema quanto de macrossistema.

Por isso, a sobrevivência está diretamente conectada com a relação particular que o ser vivo mantém com o ambiente, com o ecossistema que o engloba. Mas essa relação não puramente individual assume a forma de um pluralismo, de uma cooperação entre seres, de uma mútua participação que não deve ser mais incluída em uma mera lógica de poder, ou entendida como mera ordem que provém ninguém sabe de onde. Na perspectiva anárquica desenvolvida por Kupiec, a faísca que movimenta a vida e, ao mesmo tempo, possibilita a formação dos ecossistemas tem como ponto de partida um processo de autogestão cooperativo, o qual não prevê nenhuma ordem, nenhuma instrução, nenhuma hierarquia. Ele é imprevisível (impossível e impensável para a biologia atual), não-governado, não-governável, e somente por tentativa encontra o seu equilíbrio, o qual muitas vezes se mostra precário. A *anarquia da vida* pressupõe um fora de controle, um fora da lógica de poder que, na verdade, nos entrega uma nova compreensão do vivo que permanece completamente aberta.

Conclusão

Analisar duas formas de propostas teóricas que concernem à Anarquia (uma filosófica e a outra biológica) permite-nos obedecer, como deseja Malabou parafraseando Proudhon, ao

imperativo de criar mais uma vez um *neologismo*. Todos os dois estudiosos, Malabou e Kupiec, interpretam e definem a anarquia como o que é *não-governável*, mas, ao mesmo tempo, como aquilo que é *impensável, impossível e imprevisível*, seja para a filosofia seja para a biologia (neste caso incluímos a ciência). Eu acrescentaria: em definir “tudo aquilo que está ‘fora’: *fora da lógica do poder, fora de controle, fora do programa*. Uma sorte de exclusão que efetivamente se torna a nova condição de possibilidade da Anarquia e que decide o seu espaço de definição: o fora. A anarquia é o fora-do-governo, uma alteridade que se constitui por meio de uma exclusão. Seria útil também analisar esta forma paradoxal de alteridade. Que estatuto, então, podemos atribuir a esta anarquia do excluídos? Voltaríamos talvez à nossa definição inicial: Os excluídos seriam os não-governados, mas também os não-governáveis.

Um segundo problema estaria relacionado àquele da “conjunção ontológica de ser e vida” (sustentado por Malabou) e de uma “nova síntese” (defendida por Kupiec) almejadas por nossos autores. Eu assumo a imensa responsabilidade de afirmar que a acostagem aqui proposta vai propriamente nesta direção. Variabilidade do ser e variabilidade biológica a partir de uma perspectiva sintética, como podemos constatar, não seriam efetivamente a mesma coisa? Realmente, neste sentido, pensar em planos desfalcados, ou uma hierarquia da ontologia sobre a vida é perder unicidade, mas também a unitariedade de um processo que somente de um ponto de abstrato vê os dois regimes separados. E neste caso, o conceito de *ontofilogênese* desenvolvido por Kupiec é de grande pertinência, ou pelo menos pode lançar uma luz sobre aqueles regimes que a ciência ou a filosofia veem simplesmente como separados. A “anarquia plástica do ser” não prevê uma variabilidade, uma transformabilidade, uma metamorfose contínua que efetivamente é não-governável? A filosofia e a ciência com esse novo conceito de anarquia teriam a coragem de pôr em discussão conceitos-chaves que, factualmente, as identificam (identidade do ser, sujeito, poder, ordem, determinismo, programa)? Admitiriam o surgimento de novo começo, a necessidade de escrever uma nova história do ser e do vivente?

Realmente, o cruzamento aqui explicitado coloca-nos diante de um novo horizonte mais de que uma nova solução e, concretamente, permite-nos pensar uma verdadeira ontologia anárquica que nos oferece uma via de saída do âmbito do poder, do governável.

Referências bibliográficas

- ATLAN, H. *L'Organization Biologique et la Théorie de l'Information*. Paris: Hermann, 1972
- ATLAN, H. *Entre o Cristal e a Fumaça: Ensaio sobre a Organização do Ser Vivo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992
- ATLAN, H. *La Fin du "Tout Génétique"? Vers de Nouveaux Paradigmes en Biologie*. Paris: INRA Editions, 1999
- FOUCAULT, M. *O Nascimento da Clínica*. Trad. R. Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. de M. T. da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- JARDILINO MACIEL, A. F. “Uno sguardo sulla questione della temporalità: tra plasticità ed epigenesi”. *Perspectivas*, 4(2), 23–51, 2020. <https://doi.org/10.20873/rpv4n2-58>.
- KUPIEC, J.-J. *Né Dio né genoma. Per una nuova teoria dell'ereditarietà*. Trad. C. Milani. Milano: Eleuthera, 2009.
- KUPIEC, J.-J. *Et si le vivant était anarchique*. Paris : Les Éditions Les Liens qui Libèrent, 2019 (versão Ebook).
- KUPIEC, J.-J. *La vita non scritta da nessuna parte*. Entrevista concedida a Giancarlo Cinini. *Tascabile*, 8 de novembro 2021, disponível em: <https://www.iltascabile.com/scienze/kupiec-concezione-anarchica-vivente/>
- KUPIEC, J.-J.; GANDRILLON, O.; MORANGE, M.; SILBERSTEIN, M. *Le hasard au coeur de la cellule: Probabilités, déterminisme, génétique*. Paris: Éditions Matériologiques, 2011.
- KROPOTKIN, P. *L'anarchie sa philosophie, son idéal: Anarquia, sua filosofia, seu ideal*. Paris : P.-V. Stock, éditeur, 1896.
- KROPOTKIN, P. *Ajuda mútua: Um fator de evolução*. Trad. W. Azevedo Jr. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009
- MALABOU, C. *Le Change Heidegger, du fantastique en philosophie*. Paris: Éditions Léo Scheer, 2004.
- MALABOU, C. *La Grande Exclusion, l'urgence sociale, thérapie et symptômes*. Paris: Bayard, 2009.
- MALABOU, C. *Changer de différence, le féminin et la question philosophique*. Paris: Galilée, 2009.
- MALABOU, C. *Ontologie de l'accident: Essai sur la plasticité destructrice*. Paris: Éditions Léo Scheer, 2009.
- MALABOU, C. *Les Nouveaux Blessés: de Freud a la neurologie: penser les traumatismes contemporains*. Paris: Presses Universitaires de France, 2017.
- MALABOU, C. *Avvenire e dolore trascendentale*. Trad. A. F. Jardimino Maciel. Sesto S. Giovanni: Mimesis, 2019.
- MALABOU, C. *Divenire Forma. Epigenesi e razionalità*. Trad. A. F. Jardimino Maciel. Milano: Meltemi Editore, 2020.
- MALABOU, C. “O vazio político do realismo contemporâneo, ou da anarquia que vem”. Trad. A. F. Jardimino Maciel. *Perspectivas*, 6(2), 2021, p. 514–531. <https://doi.org/10.20873/rpv6n2-25>.
- MALABOU, C. *A Au voleur !: Anarchisme et philosophie*. Paris: Presses Universitaires de France, 2022a (versão Ebook).
- MALABOU, C. *La voie anarchiste est la seule qui reste encore ouverte*. In: AOC, 21 de janeiro 2022b. Disponível em: <https://aoc.media/opinion/2022/01/20/la-voie-anarchiste-est-la-seule-qui-reste-encore-ouverte/>
- MALABOU, C.; SWAIN, D.; URBAN P.; KOUBA, P. *Unchaining Solidarity On Mutual Aid and Anarchism with Catherine Malabou*. ROWMAN & LITTLEFIELD: Lanham - Boulder -New York -London, 2022c.
- MALABOU, C. *Anarchia e istituzione. Riflessioni sulla crisi contemporanea dell'orizzontalità*. In: Almanacco di Filosofia e Politica 5. Sulla fondazione. Ed. S. Dadà e M. Polleri. Macerata: Quodlibet, 2023.

MALATESTA, E. *Anarquia*. Trad. P. A. Coelho. São Paulo: Imaginário, 2001

PROUDHON, P.-J. *Les confessions d'un révolutionnaire, pour servir à l'histoire de la révolution de février*. Paris: Hachette livre BNF, 2012.

RECLUS, E. *Desenvolvimento da liberdade no mundo: development of freedom in the world*. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 40, n. 01, p. 1-21, 2020. DOI: 10.5216/bgg.v40i01.62660. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/62660>. Acesso em: 15 jun. 2024.

VILELA, M. *O léxico do português: perspectivação geral*. *Filologia e língua portuguesa*, 1: 31-50, 1997 São Paulo: FFCH/USP.

Recebido em: 10-02-2024

Aprovado em: 13-05-2024

Antonio Frank Jardimino Maciel

Especialista clínico-musical na reabilitação cognitiva e psicomotora (2006). Doutor em Disciplinas Musicais (2011), Mestre em Ciências Filosóficas (2017). Atualmente é doutorando e membro do grupo de pesquisa da LCI (Equipe de Literatura et Cultura italiana) da Sorbonne Université, onde desenvolve estudos aplicados que envolvem filosofia, literatura, artes, neurociências e neurobiologia. Professor de filosofia e história em liceus da cidade de Teramo.